

Acerto da dívida só em março

BRASÍLIA — Dentro de seis semanas o Brasil poderá estar assinando um acordo com os bancos privados credores da dívida de médio e longo prazos do país, na avaliação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. A partir do momento em que fechar o acordo com os credores privados, será iniciada formalmente a negociação com o Fundo Monetário Internacional.

A definição da política econômica a ser seguida pelo ministro Mailson da Nóbrega depende basicamente da solução do problema externo, segundo explicou ontem. E a solução no *front* externo depende da negociação que está ocorrendo agora em Nova Iorque com o comitê dos bancos credores.

— O impacto que terá na economia brasileira a solução do problema externo será muito grande — diz Mailson. E é por isto que ele não está raciocinando neste momento em termos dos grandes indicadores da economia como, por exemplo, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto para 88. “Tudo depende da solução para o problema externo.” Dentro dos seus planos, a economia poderia crescer até 4%, levando-se em conta o fluxo de dinheiro novo das instituições multilaterais e governamentais, que foi suspenso em 87.

“O acordo com os credores privados será até uma forma de evitar a inviabilização dos bancos brasileiros no exterior.” Os bancos que atuam fora do país, em consequência da moratória estão pagando *spreads* altíssimos para as linhas de curto prazo do interbancário, que mantém sua liquidez

A idéia do ministro é de que um acordo com o FMI é uma exigência dos bancos porque eles querem uma “divisão

de responsabilidades” com as agências multilaterais na solução do caso brasileiro. Portanto, o Brasil, que tem se comprometido em audiência com os credores e em declarações públicas das suas autoridades, terá necessariamente que negociar um acordo um acordo com o Fundo.

Na negociação com os credores — que o ministro garante que está indo muito bem, já havendo inclusive concordância sobre determinados pontos — o Brasil não pedirá o impossível. “O *spread* zero é um sonho” mas será possível atingir o *spread* de 0,8% do México, “o que já seria um grande alívio”. Mailson acha também possível que os credores concordem em não vincular os desembolsos a serem feitos ao Brasil para o refinanciamento dos juros ao cumprimento de metas do Fundo Monetário.

Assinado o acordo com o Fundo, o ministro acha que será possível reverter o quadro de 87, em que as agências multilaterais como o BID, Banco Mundial e o próprio FMI apresentaram fluxos nativos em relação ao Brasil, ou seja, emprestaram menos do que receberam de pagamentos de juros feitos pelo Brasil. “Mesmo que o fluxo não passe a ser positivo, há uma chance de empatar, o que já fará uma grande diferença”.

Outra consequência positiva será a solução do impasse com o Clube de Paris — os bancos oficiais dos países credores. “Se assinarmos um acordo com o FMI, em dois dias dá para acertar com o Clube de Paris”, entusiasma-se Mailson da Nóbrega.

Com os desembolsos dos Exibanks, empréstimos das agências multilaterais e a normalização das relações com a comunidade financeira privada, o Brasil poderá entrar numa outra fase da sua economia.